



## As mortes de Lourival nas tramas do acontecimento televisivo

**Marlon Santa Maria Dias<sup>1</sup>**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

**Resumo:** Este texto problematiza a cisgeneridade irrefletida como paradigma de legibilidade dos corpos pelo/no jornalismo. Para tanto, analisamos um texto jornalístico da mídia de referência – uma reportagem veiculada pelo Fantástico (Rede Globo) sobre a morte de Lourival Bezerra de Sá, apresentado como um “homem que se passou por mulher” durante décadas. Por conta da discordância de gênero, o corpo de Lourival permanecia impedido de ser enterrado. A partir dessa situação empírica, discute-se o tratamento que o jornalismo dá a corpos e práticas dissidentes à norma cisgênero.

**Palavras-chave:** jornalismo; gênero; transgeneridade; narrativa; reportagem.

### 1. Nota introdutória

Ao construir narrativas, o jornalismo produz saberes acerca dos acontecimentos e contribui na elaboração dos modos como compreendemos o mundo e o Outro (RESENDE, 2009). Nesse sentido, os veículos jornalísticos constituem-se como importantes instâncias de construção social. Assim, os variados textos jornalísticos a que temos acesso diariamente ofertam uma interpretação da realidade, “apresentada a partir de

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Comunicação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Bolsista Capes-Proex. Jornalista e mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: marlon.smdias@gmail.com

visões de mundo predominantes que trazem implícitas nossos sistemas e hierarquias de valores hegemônicos – como os de gênero, de classe, de raça – e que parecem não ser refletidas criticamente no fazer jornalístico” (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 22).

Em diálogo com os trabalhos de Marcia Veiga da Silva (2014, 2015), entendemos que o jornalismo se constitui como masculino, inscrito em um paradigma moderno e positivista e em relação a um sistema-mundo – nos termos de Ramón Grosfoguel (2012) – capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista e, acrescentamos, cisgênero<sup>2</sup>. Essa racionalidade orienta práticas jornalísticas pouco afeitas à alteridade, com lentes de inteligibilidade que excluem e exotizam sujeitos e práticas que não se enquadram nas normas sociais consideradas normais e/ou naturais.

A observação de acontecimentos contemporâneos que se constituem em torno de questões sobre gênero tem se mostrado uma importante e potente operação para a investigação em jornalismo – tanto para entender a circulação dos discursos sociais quanto para a compreensão da prática jornalística em si. Por envolver valores e crenças naturalizados e construídos culturalmente, as discussões relacionadas a gênero se inserem no campo dos dissensos sociais (STOCKER; DALMASO, 2018). Cada vez mais tensionado pela circulação de discursos advindos de diferentes campos sociais (político, jurídico, acadêmico, religioso, ativista, entre outros), o jornalismo passou a disputar com esses campos o estatuto narrativo de referência. A compreensão dos componentes que conformam a tematização desses acontecimentos nos dá acesso a uma complexa trama simbólica na qual o jornalismo ainda é importante artífice.

Tendo essas considerações no horizonte, o objetivo deste texto é discutir a cisgeneridade irrefletida como paradigma de legibilidade dos corpos pelo/no jornalismo. Para tanto, partimos da análise de um caso exemplar: uma reportagem veiculada pelo programa televisivo Fantástico, da Rede Globo, em fevereiro de 2019, sobre a morte de Lourival Bezerra de Sá. Lourival é apresentado na narrativa jornalística como “um ho-

---

<sup>2</sup> O termo cisgênero é utilizado para indicar pessoas cuja identidade de gênero concorda com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer. Portanto, estaria em oposição (e como norma referencial) à indicação transgênero – pessoas cuja identidade de gênero diverge daquela que lhe foi designada. A utilização do termo data dos anos 1990 e não há consenso sobre seu uso. Neste trabalho, para além da indicação de concordância sexo-gênero que recém sinalizamos, entendemos a noção de cisgênero como referência a uma condição sociopolítica que demarca privilégios – ou seja, sujeitos cuja identidade de gênero é respeitada e legitimada (LANZ, 2017).

mem que se passou por mulher” durante décadas, “segredo” descoberto somente após sua morte. Quatro meses depois, época em que reportagem foi veiculada, o corpo ainda estava no Instituto de Medicina Legal, impedido de ser enterrado por conta da “divergência de gênero”.

Na sequência, introduzimos algumas considerações que relacionam a racionalidade que orienta a prática jornalística com as questões de gênero. Em seguida, descrevemos a reportagem, analisando as estratégias narrativas a partir de nosso quadro conceitual de referência. Por fim, pontuamos algumas considerações ainda preliminares sobre o modo como a narrativa construída pelo jornalismo em relação ao caso exemplar aponta para uma prática jornalística que não permite o trato com a alteridade e cuja lente de leitura restringe as interpretações e criminaliza corpos dissidentes.

## **2. Jornalismo e os processos de leitura da realidade**

Ancorado em uma racionalidade balizada pelos princípios da objetividade, da imparcialidade e da universalidade comum, o jornalismo produz saberes que, de forma recorrente, pouco problematizam os valores hegemônicos impressos nas narrativas. Tais valores são naturalizados e exaltados de tal forma que os fenômenos são explicados a partir de perspectivas de saber essencializadoras (VEIGA DA SILVA, 2015). Como afirmam Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva (2019, p. 5), essa é uma “[...] racionalidade que simplifica muito mais do que complexifica as formas como a realidade é concebida”.

Não se pode negar que a crescente expressividade de identidades dissidentes às normas cisgênero e heterossexual na esfera pública, sobretudo midiática, traz desafios aos modos de dizer do jornalismo<sup>3</sup>. Quando os acontecimentos narrados implicam sujeitos dissidentes a essas normas, vemos comumente o reforço de convenções de gênero<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Leal e Carvalho (2009) fazem consideração semelhante a essa em relação à homofobia, objeto de uma longa investigação desenvolvida pelos pesquisadores. Compartilhamos dessa impressão, entendendo que não só a homofobia, mas todas as violências (físicas e simbólicas) praticadas contra sujeitos dissidentes e subalternizados tensionam os modos como o jornalismo tradicionalmente narra esses acontecimentos.

<sup>4</sup> Convenções de gênero podem ser compreendidas como “o conjunto de valores e ideais relativos ao imaginário sexual disponíveis na cultura e compartilhados, a partir dos quais os seres sociais pautam as suas ações e concepções de mundo, reproduzem e recriam estas mesmas convenções e as suas práticas” (BONETTI, 2011).

já cristalizadas nas discursividades sociais. Ao mesmo tempo, o cenário de uma sociedade midiaticizada, com a proliferação das conversações em redes digitais, impulsiona um sistema de interação entre o jornalismo e os demais campos sociais. Isso possibilita respostas diversas e mobilizações que confrontam as narrativas jornalísticas sobre temas relacionados a gênero e sexualidades dissidentes – seja reivindicando coberturas mais afeitas à alteridade, seja reiterando discursos de ódio contra esses sujeitos (BORELLI; MACHADO; DIAS, 2017, DIAS, 2019).

O jornalismo se constituiu historicamente amparado em práticas e saberes masculinistas e opera em intersecção com outros marcadores de diferença (raça, etnia, classe, geração etc.) (VEIGA DA SILVA, 2014). Ao produzir conhecimento, o jornalismo se constitui em relação aos sistemas de saber e de poder disciplinar nos quais se elaboram valores e hierarquias sociais dominantes (FOUCAULT, 2001). A orientação pela racionalidade dominante restringe as lentes de leitura do jornalismo. Nesse processo, as diferenças que não se enquadram na norma são transformadas em desigualdades (VEIGA DA SILVA, 2014, 2015) e não raro a narrativa jornalística tende a produzir estereótipos e preconceitos.

Reavaliando sua trajetória em pesquisas sobre jornalismo e relações de gênero, Carvalho (2019) sugere que, ao invés de pensarmos o jornalismo como uma forma de conhecimento – como propõem alguns autores (GENRO FILHO, 1987, MEDITSCH, 1998) – seria mais prudente pensá-lo a partir da lógica de “inteligibilidades precárias”.

Longe de permitir o conhecimento da realidade social genericamente considerada ou de fenômenos sociais específicos, o jornalismo nos oferece quadros explicativos parciais, que mesmo levando em conta a regularidade de exposição às mais diversas mídias informativas, dificilmente permitiriam fazer do conjunto de dados singulares ofertados pelas narrativas jornalísticas eventos suficientes para ascender a compreensões mais sofisticadas nos níveis dos conhecimentos particulares e universais, outra vez recorrendo às categorias acionadas por Genro Filho (CARVALHO, 2019, p. 11).

Ainda que o autor contraponha as duas perspectivas – o jornalismo como conhecimento e a abordagem das inteligibilidades precárias –, acreditamos que há aí um movimento complementar. O jornalismo constitui determinado tipo de conhecimento, não apenas em relação ao que narra do mundo, mas também em relação a suas próprias práticas, ao seu fazer. É preciso, no entanto, cotejar essa constituição de conhecimentos em

relação a paradigmas, racionalidades e epistemologias dominantes (VEIGA DA SILVA, 2015). Nesse sentido, o conhecimento produzido pelo jornalismo deve ser lido pela precariedade dos quadros explicativos. Essa precariedade, portanto, é constituinte do modo como o jornalismo produz saberes e se agencia em relação aos regimes de verdade (FOUCAULT, 2012).

Ao analisar as imagens de guerra produzidas pela mídia, Judith Butler (2017) propõe pensarmos no que chama de enquadramentos interpretativos – molduras que “não só organizam a experiência visual como também geram a criação de ontologias específicas do sujeito” (BUTLER, 2017, p. 17). Essa noção de enquadramento, não muito distante dos já consolidados estudos de enquadramento do nosso campo, ajudam a pensar que sempre há algo que o enquadramento não enquadra, há sempre alguma coisa que sobra, que escapa aos imperativos e procedimentos narrativos. Para a autora, o que sobra é aquilo que está fora da norma e, por conseguinte, aquilo que não ganha o status de humano.

A partir da análise desses enquadramentos, Butler reflete os processos de desumanização que fazem com que determinadas vidas não sejam passíveis de luto, justamente porque são vidas que desviam das exigências das normas. “O problema não é apenas saber como incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada” (BUTLER, 2017, p. 20). Ora, mais uma vez, a análise das narrativas jornalísticas se mostra importante para compreender o modo como o jornalismo, enquanto prática social, constrói essas realidades.

Butler propõe: é preciso enquadrar o enquadramento, discutir a norma que agencia a moldura, complexificá-la. Instigados pela provocação de Butler, bem como pelas discussões apresentadas até aqui, passamos à observação do caso empírico. Como veremos, é possível notar como a “descoberta do segredo” que Lourival guardou por tantos anos, inclusive da família, tensiona o lamento por sua morte. O processo de desumanização se dá não só pelos próprios agentes médicos, jurídicos e policiais, como também pelo próprio jornalismo.

### 3. No texto jornalístico, a normatização do corpo

Construir enunciados que despertem curiosidade no telespectador tem sido uma prática recorrente para a manutenção da audiência nos mais diferentes formatos televisivos. As chamadas dos programas telejornalísticos, veiculadas nos intervalos da programação, operam nessa lógica, com a apresentação resumida das principais matérias que compõem a próxima edição. Atualidade, ineditismo e singularidade figuram entre os critérios dessa seleção. As chamadas do programa Fantástico, da Rede Globo, não fogem a essa regra. Observando as chamadas veiculadas sobre a edição de 3 de fevereiro de 2019, já se nota que uma das reportagens recebia destaque: em tom dramático, o texto anunciava que o Fantástico iria apresentar o “mistério” que ronda a história de um homem que “escondeu” por décadas um “grande segredo”, descoberto só no momento de sua morte. A chamada convoca a atenção do espectador ao finalizar com uma dúvida: “afinal, qual o segredo de Lourival?”

A reportagem referida, sobre o caso de Lourival, teve duração de 7min.50seg. e foi veiculada na edição de 3 de fevereiro de 2019. Os apresentadores do programa introduzem a matéria dizendo que Lourival escondeu um segredo da própria família, com quem viveu por mais de 40 anos, e que agora, depois do “choque da descoberta”, seu corpo não pode ser enterrado. A reportagem inicia com o depoimento de três pessoas sem identificação nominal – depois será informado que são vizinhos e amigos de Lourival. Elas afirmam que ele era “uma pessoa boa”, que “fazia muita caridade” e que costumava ajudar todo mundo. A repórter passa a narrar em off: “5 de outubro de 2018. Lourival Bezerra de Sá, 78 anos, passa mal e tem um infarto fulminante em casa. O corpo vai para o Serviço de Verificação de Óbito. **E, então, a surpresa**”. Na sequência, as falas de duas fontes peritas explicam essa “surpresa” – o agente de polícia diz: “O corpo chegou lá com **divergência de gênero**”; o médico legista corrobora: “Uma pessoa era identificada como sexo masculino, mas no atendimento médico já foi constatado que era uma pessoa do sexo feminino. **Nunca tive nenhum caso parecido**”. A voz em off da repórter segue: “Há quase quatro meses o **mistério** impede o enterro do corpo de Lourival”. A narração da repórter é ilustrada com a imagem gráfica de um quadro de parede, no estilo cortiça, com fotografias de Lourival e post-its afixados – remetendo

aos quadros utilizados pela polícia, com informações sobre investigações. Logo após a última narração citada, lê-se em um dos post-its: O SEGREDO DE LOURIVAL.

O único termo que faz referência ao gênero aparece nessa abertura da reportagem, a partir da fala do agente de polícia. A fala do médico, ao indicar que nunca tinha visto nada parecido, qualifica a situação como incomum e desconsidera a existência sociocorporificada das pessoas trans. Em seguida, o texto jornalístico utiliza dois termos que serão recorrentes na matéria: mistério e segredo. A construção verbo-visual da abertura da reportagem já indica o tom de suspense criminal que guiará a narrativa. No centro do “mistério”, um corpo estranho (LOURO, 2004) em disputa.

A narração segue: “Para entender essa história, é preciso voltar 50 anos no tempo. Primeira parada: Goiânia. É aqui que Lourival conhece Maria Olina. Juntos registram 4 filhos”. Glaydiany, uma das filhas de Lourival e única familiar entrevistada, diz: “Lembrança dele, afetiva, não... Tenho poucas, porque eu tinha 5 anos quando minha mãe faleceu. [...] Lembro dos meus irmãos falar que minha mãe morou com ele um tempo, que tinha um bar com ele lá em Ituverava [São Paulo]”. A relação entre pai e filha não é explorada pela matéria, ainda que o trecho dê a entender que eles não mantinham relação de convivência. Na narração, a repórter explica que Lourival e Maria Olina se mudaram de Goiás para São Paulo e, após a separação, Lourival foi sozinho para Cuiabá, no Mato Grosso. O texto off é coberto pela imagem gráfica do quadro de cortiça, no qual aparecem fotografias afixadas (das personagens da reportagem) e o mapa do Brasil – a imagem será recorrente para cobrir as falas da repórter e sinalizar as cidades que serão nomeadas – como se a reportagem percorresse as trilhas de Lourival.

A história continua. A delegada responsável pelo caso explica que, em Cuiabá, Lourival conheceu sua “cuidadora” e de lá foi para Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, cidade onde residiu até morrer. A cuidadora “que o acompanhou por quase 40 anos” não tem o nome revelado e a repórter informa que ela não quis dar entrevista. O texto cita que Lourival assumiu a filha dela e juntos adotaram outro menino. Na entrevista, a delegada afirma que os dois não tinham uma relação marital: “O que se percebe é que existiu um companheirismo entre **a Lourival** e a cuidadora, mas não existiu de fato uma relação como se fosse marido e mulher. Então, era como se fosse um acordo de convivência entre ambos e juntos criariam os filhos”. O modo como a delegada se

refere a Lourival chama a atenção: o artigo é flexionado no feminino e ela frisa o “a”, como se a intenção fosse demarcar Lourival como uma mulher. Ainda vemos uma compreensão de relação afetiva e conjugal orientada pela heterossexualidade e pela necessidade de relação sexual, que desconsidera o arranjo familiar estabelecido, colocando sob suspeita a natureza da relação entre Lourival e a “cuidadora”. Esses arranjos não são, em nenhum momento, tensionados pela reportagem.

A repórter questiona: “Mas como Lourival, **que na verdade era mulher, pôde se passar por homem** durante tanto tempo? Para a polícia, a cuidadora disse que tinha desconfianças”. É significativo que tanto a delegada quanto a repórter compreendam Lourival como mulher. Esse parece ser o único enquadramento possível, a partir do fato de Lourival ter uma vagina. O sexo biológico é baliza para a classificação, e a existência de Lourival como homem é lida como um disfarce (“se passava por”).

O depoimento de uma vizinha aparece para explicar as “desconfianças” referidas pela repórter. A entrevistada conta que a cuidadora confidenciou a ela que Lourival não deixava que ela desse banho nele. “Até que um dia ela deu banho nele. Foi aí então que ela achou a faixa. Diz que... **uma faixa amarrada nos seios**”. A fala do médico legista confirma o comentário: “O que nós encontramos são lesões na pele, na região das mamas, abaixo das mamas, que são bem compatíveis e características de que ela tenha usado faixas ou outras roupas apertadas com o objetivo de **disfarçar a presença das mamas**”. A partir do depoimento de amigos, a repórter afirma que Lourival “não gostava de médicos” e, ainda que estivesse com problemas de saúde, não se deixava internar; tampouco usava shorts ou camisetas, “só tomava banho de portas fechadas”. Segundo a delegada, “Lourival tomava muito cuidado para que não fosse visto nu” e “dormia de calça e com o cinto muito apertado”.

As informações desse trecho são apresentadas visualmente por uma dramatização. Na tela, cenas em que alguém interpreta Lourival caminhando pela casa, sempre sozinho, observando a janela ou a rua e entrando no banheiro, despindo-se e retirando as faixas do peito. A imagem embaçada, pouco nítida e em tons cinzas reforça o tom dramático da narrativa de suspense. O texto jornalístico não apresenta nenhum comentário empático dos entrevistados – delegada, médico e vizinha – sobre a condição de Lourival, tampouco a repórter problematiza a situação de precariedade e sofrimento.



A repórter, então, diz: “Após a revelação, os vizinhos ficaram divididos”. A essa afirmação, seguem as falas de três vizinhos:

- V01: Não imaginava, porque sempre teve os filhos aí que chama de pai, de pai, de pai... Cê nem imagina que é uma mulher.  
V02: Dúvidas a gente tinha, né. Mas a gente nunca entrou... nunca perguntou nem nada, mas dúvida a gente tinha.  
V03: Ele tinha um jeito assim... de **homem-mulher**. Pelo jeito de ele conversar com a gente, ele era **muito delicado**.

A divisão a que a repórter se refere é entre os vizinhos que diziam suspeitar ou não do “segredo”. O comentário da última vizinha demarca um atributo considerado por ela feminino e, portanto, não coerente com um homem: a delicadeza. A reportagem permanece apostando na binariedade de gênero e não abre espaço para o questionamento sobre a transgeneridade.

A repórter segue contando a história: “Lourival dizia que era de Palmeira dos Índios, município de Alagoas, mas dias antes de morrer, ele afirmou à cuidadora que sua verdadeira identidade seria Enedina Maria de Jesus e que teria nascido em Bom Conselho, interior de Pernambuco, e não em Alagoas”. A delegada comenta: “A nossa esperança é que se localize algum parente... **de Lourival** e que nos possa dar um novo rumo a essa investigação”. Sinalizamos a preposição “de”, porque a delegada faz uma pausa e frisa o termo na sua fala – mais uma vez, ela titubeia antes de se referir a Lourival, o que demonstra certa confusão e resistência a chamá-lo pelo masculino.

A reportagem conta que a produção do programa consultou os cartórios e igrejas das duas cidades, mas que não há registros de nascimento ou batismo com o nome “Enedina Maria de Jesus”. A repórter, novamente, questiona: “Mas, afinal, **quem foi, de fato, Lourival** Bezerra de Sá?” Como Lourival não tinha documentos de identificação com informações sobre filiação – só possuía um CPF em seu nome –, o texto da reportagem informa que “a expectativa é buscar a identificação a partir das digitais”. A reportagem entrevistou o diretor do Instituto de Identificação do Mato Grosso do Sul, que informou que as impressões digitais de Lourival não estavam cadastradas nos estados que até aquele momento haviam respondido à solicitação.

O texto jornalístico segue com perguntas: “E como Lourival registrou crianças? Quem são os pais verdadeiros dos filhos registrados por ele?” Novamente, insere-se o depoimento da filha: “Enquanto filha é muito difícil, uma história muito complicada,

porque até então cresci achando que meu pai se chamava Lourival. Tá lá como pai. Aí quando faleceu era uma mulher. Ou seja, **então, eu não tenho pai, eu não tenho mãe**. Estamos aguardando um resultado de um DNA, pra saber se um de nós somos filhos **da Lourival** Bezerra de Sá, como mulher, pode ser mãe, e também da Maria Olina”.

Seguem trechos de duas entrevistas. O médico afirma que os exames de análise do útero indicam “que essa pessoa não teve filhos”. Um professor de Direito complementa: “É inevitável que eles vão buscar a justiça para regularizar essa situação. Ou de retirar o nome de Lourival para ficar pai não identificado. Ou que eles mantenham esse nome através de uma ordem judicial, **até utilizando-se da questão social** que hoje é muito aplicada no nosso meio jurídico”. Essa é a única menção da reportagem ao fato de que Lourival manteve durante 50 anos uma identificação social como homem. No entanto, em nenhum momento se questiona se o mesmo aspecto pode ser considerado para que o corpo seja enterrado como Lourival. A repórter segue e afirma que “sem uma identificação oficial, o corpo de Lourival Bezerra de Sá continua aqui no Instituto de Medicina Legal de Mato Grosso do Sul. Por causa da investigação, não há prazo para ele ser liberado”.

A reportagem se encaminha para o final. A delegada diz: “O que é importante nessa investigação é que, **quem tenha conhecimento de quem possa ser essa mulher que se identificou como Lourival e o motivo pelo qual ela fez isso**, nos procure para auxiliar nesse esclarecimento, porque senão ela vai acabar sendo enterrada como **indigente**”. A fala da delegada reforça a criminalização. A reportagem finaliza com a fala da filha e de uma vizinha de Lourival. É o único momento da reportagem em que se demonstra uma abertura à alteridade, um movimento de empatia. A filha diz: “**Ela** também deve ter uma história, **tem um nome. É uma pessoa**. Se cometeu algum erro ou não, não podia ser enterrada como indigente. Eu não desejo isso pra ela”. E a vizinha: “Eu quero que acabe com um final bom pro **seu Lourival**. Quero que **ele** tenha um **enterro digno** e quero que essa história seja desvendada, seja ela qual for”.

#### 4. Um corpo em disputa

Na perspectiva pragmatista de Louis Quéré (2012), o acontecimento é portador de uma diferença e de uma ruptura, tem poder de afetação e suscita sentidos (faz pen-

sar). Ou seja, o acontecimento desorganiza quadros de sentido e gera interrogação. Seu poder de afetação significa que o acontecimento “acontece a alguém; ele não é independente nem autoexplicativo, não são suas características intrínsecas que fazem o seu destaque, mas o poder que ele tem de afetar um sujeito – uma pessoa, uma coletividade” (FRANÇA, 2012, p. 13). Dotado de poder hermenêutico, ele suscita interpretações e, mais do que isso, faz agir. Ainda nessa perspectiva, o acontecimento seria dotado de uma dupla vida: uma de ordem existencial (aquele que percebemos) e uma de ordem simbólica, quando tornado narrativa, o acontecimento passa a existir como discurso, com o acionamento simbólico do repertório que a ele se relaciona. Para Quéré (2012), essas duas vidas coexistem.

Acionamos esse entendimento de acontecimento para compreender o modo como se constituiu a narrativa em torno do caso de Lourival. Em sua dimensão existencial, o acontecimento emerge na vida social no momento em que Lourival morre. Em sua dimensão simbólica, o acontecimento ganha vida no momento em que diferentes vozes criam narrativas sobre o acontecimento: os legistas que notificam o que chararam de “divergência de gênero”, a família que acolhe a “surpresa”, a polícia que passa a investigar o caso, os vizinhos e conterrâneos que a cada roda de conversa comentam o caso. Ou seja, o acontecimento penetra na vida da coletividade, interrompe a sensação de normalidade do cotidiano. Ao noticiar o ocorrido, o jornalismo passa também a narrar o acontecimento. E é aí que a dimensão simbólica do acontecimento em questão ganha outros contornos, já próprios da construção narrativa do jornalismo, a partir de critérios e quadros de leitura estabelecidos, dando projeção nacional a uma ocorrência antes restrita a um âmbito mais localizado.

Ao descrevermos a matéria jornalística, notamos que a reportagem já parte de uma racionalidade dominante que restringe consideravelmente as lentes de leitura. A precariedade dessa lente impossibilita o encontro com as alteridades e, ainda que o texto seja permeado de perguntas, nenhuma delas consegue interrogar a própria racionalidade que o orienta. O corpo de Lourival passa, então, a ser um problema – para a medicina, para a polícia, para o direito e para o jornalismo, e que demarca a própria materialidade da impossibilidade de sua assimilação (BENTO, 2017). Inconformado às normas da cisgeneridade, retiram desse corpo o direito ao luto, nos termos de Butler (2017). Por

meio de distintas estratégias (usos linguísticos, escolha de fontes, efeitos de dramatização e sonorização), a reportagem constrói esse corpo como criminoso.

A reportagem insiste em nomear Lourival no feminino, diz que “na verdade” ele era uma mulher “que se passava por homem” e questiona reiteradamente: quem foi, de fato, Lourival? Toda sua existência acaba sendo eclipsada e a memória passa a ter como única referência o “mistério” que o fez viver socialmente como mulher. No início da reportagem, há o depoimento dos vizinhos que o qualificavam como uma pessoa caridosa e querida por todos, mas essas informações acabam sendo desqualificadas frente ao “segredo” que escondia. Com um olhar exotificante, a reportagem não complexifica o ocorrido, auxiliando no processo de desumanização de Lourival.

Mas, como nos lembra França (2012, p. 16), a segunda vida do acontecimento é tão transformadora, por vezes causa tamanho impacto, “que ela atua igualmente (e novamente) como acontecimento existencial – este, por sua vez, será comentado, e se transformará, de novo, numa segunda vida, numa espiral crescente”. A narrativa do acontecimento não cessa no momento em que é capturada pelo jornalismo. É nesse espaço midiático que ela suscita novos sentidos: nas redes digitais, instantaneamente um coletivo de atores passa a reivindicar uma abordagem mais aberta ao encontro com as alteridades. A racionalidade dominante do jornalismo é questionada.

Pela extensão deste texto, não nos ocupamos detidamente dos discursos que circularam sobre o caso, mas, ao observar os espaços de comentários na página do Fantástico no Facebook e no perfil do programa no Twitter, bem como a partir de uma busca no Twitter nas 24 horas que se seguiram à veiculação da matéria televisiva, notamos uma intensa mobilização dos atores sociais que não apenas questionam a reportagem, como pedem retratação. Pessoas que conheceram Lourival também comentam nesses espaços, narrando outros ângulos de sua vida, afastando-o da figura criminoso construída na reportagem. A articulação possível nas redes teve efeitos significativos. No dia seguinte, o Fantástico publicou em seu site o vídeo<sup>5</sup> da entrevista com um psiquiatra que analisa a história e explica por que Lourival era um homem transgênero. Um mês após a veiculação da reportagem, a família conseguiu na Justiça que o corpo fosse enterrado e que fosse respeitada a identificação como Lourival. Em maio do mesmo ano, a Defenso-

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7354240/>. Acesso: 20 jul. 2019.

ria Pública de São Paulo, por meio de seu Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial, obteve uma decisão liminar que obriga a Rede Globo a veicular por duas vezes materiais com conteúdo voltado à transexualidade masculina, como reparo (espécie de direito de resposta) à reportagem transmitida em fevereiro, considerada ofensiva<sup>6</sup>.

## 5. Algumas considerações

Em março de 2017, o Fantástico apresentou uma série com quatro reportagens intitulada “Quem sou eu?”<sup>7</sup>. O primeiro episódio discutiu a transgeneridade na infância; o segundo, a adolescência de pessoas trans; o terceiro, as violências a que estão submetidas as populações trans no Brasil; o último, tratou dos arranjos familiares de casais de pessoas transgênero. Em diferentes momentos, as reportagens recorrem à linguagem lúdica e a metáforas que remetem à *Alice no País das Maravilhas*. Além disso, no início da série, a repórter convida os telespectadores a se olharem no espelho: “imagine que o quê você vê não é o que você é” – que funciona como uma convocação às pessoas se imaginarem como pessoas trans, um movimento do jornalismo afeito à alteridade e aberto às diferenças. A série ficou reconhecida por abordar a transgeneridade de um modo diferente do que convencionalmente se vê. Mas como um programa que produziu uma série desse tipo também apresenta uma reportagem como a que analisamos neste texto, sobre Lourival?

Não há resposta simples para a questão, mas é possível afirmar que ambas as reportagens convivem, porque o tema da transgeneridade ainda está em disputa. Práticas jornalísticas que se valem da subjetividade, como se observa na série de reportagens, ainda são emergentes em um sistema no qual ainda prevalecem abordagens orientadas por uma racionalidade dominante excludente (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019).

Em relação à reportagem sobre Lourival, há ainda um problema na apuração – que não deve ser apenas uma coleta de dados; o jornalista deve duvidar dos dados e buscar informações para além daquelas que confirmem o que as fontes oficiais dizem. A

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/DefensoriaPublicaSP/posts/2685715634832288/>. Acesso: 20 jul. 2019.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/fantastico/2017/quem-sou-eu/>. Acesso: 20 jul. 2019.

apuração, assim como todas as etapas do processo de produção jornalística, é dependente da lente de leitura acionada. Enquanto a lente for orientada pela cisgeneridade, casos que envolvem existências trans continuarão sendo vistos de modo enviesado e de maneira excludente – seja criminalizando as práticas, seja patologizando os sujeitos.

Contudo, é importante perceber que a aparição na cena pública desses temas é fundamental, pois suscita o debate e desestabiliza referentes consolidados. Assim, o caso em análise é instigante para pensar os limites de um jornalismo que ainda se orienta por uma matriz racional atravessada e demarcada pela transfobia e engajada na produção e manutenção dos padrões de desigualdades – o que, felizmente, não passa mais impune, como se observa pelos desdobramentos do caso.

## Referências

BENTO, B. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.

BONETTI, A. L. Gênero, poder e feminismos: as arapiracas pernambucanas e os sentidos de gênero da política feminista. **Labrys**, v. 20, p. 41-51, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2I3uRJC>. Acesso em: 15 maio 2018.

BORELLI, V.; MACHADO, A.; DIAS, M. S. M. Narrativas jornalísticas e possibilidades de resistência acerca do acontecimento #SomosTodasVerônica: mídia, transfobia e violência. **Conexão**, v. 16, p. 113-133, 2017.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARVALHO, C. A. Uma necessária reavaliação conceitual e metodológica nos convoca: comunicação, jornalismo e relações de gênero. In: XXVIII Encontro Anual da Compós, 2019, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2019, p. 1-20.

DIAS, M. S. M. “Se é não-binária, por que se referem no feminino?”: disputas de sentido em comentários de leitores. In: I Aquenda Seminário de Comunicação, Gêneros e Sexualidades, 2019, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2019. v. 1. p. 372-387.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FRANÇA, V. O acontecimento e a mídia. **Galaxia**, n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

GROSFUGUEL, R. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eu-rocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 2, n. 2, p. 337-362, 2012.

LANZ, L. **O corpo da roupa**: a pessoa transgêneras entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2017.

LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A. Sobre jornalismo e homofobia ou: pensa que é fácil falar? **E-Compós**, v. 12, p. 1-16, 2009.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MEDITSCH, E. Jornalismo como forma de conhecimento. **Revista Brasileira da Comunicação**, v. 21, n. 1, p. 25-38, jan.-jun. 1998.

MORAES, F.; VEIGA DA SILVA, M. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: XXVIII Encontro Anual da Compós, 2019, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2019, p. 1-21.

QUÉRÉ, L. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, V.; OLIVEIRA, L. (Org.). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RESENDE, F. A narratividade do discurso jornalístico – A questão do outro. **Rumores**, n. 6, p. 1-12, set.-dez. 2009.

STOCKER, P.; DALMASO, S. A cultura do estupro entra na pauta: a disputa de sentido entre jornalismo e leitores do Diário Gaúcho. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 1, p. 256-281, 2018.

VEIGA DA SILVA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

\_\_\_\_\_. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade. 2015, 276 p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.